



BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro
de 2024 e 2023 e Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Parceiros e Colaboradores:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. (“Companhia” ou “Bem Promotora”) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Foco de Atuação

A Companhia atua na prestação de serviços de gestão e originação de créditos de terceiros, com foco na recepção, análise, processamento e encaminhamento de propostas de crédito, coleta de informações cadastrais e de documentos, retenção de clientes e gestão de operações de crédito, na forma da Resolução nº 4.935 emitida pelo Banco Central do Brasil em 29 de julho de 2021.

Em 2024 a Companhia manteve seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados, através do substabelecimento de correspondentes no País e da sua estrutura de lojas físicas. No acumulado dos 12 meses foram processadas 1,1 milhões de propostas de crédito, totalizando R\$ 17,93 bilhões. Deste total, foram efetivados 434 mil contratos, alcançando o patamar de R\$ 6,24 bilhões de financiamento de operações de crédito consignado.

Além do foco no crédito consignado, a Companhia expandiu a prestação de serviços na área de tecnologia e manteve atuação no mercado de corretagem de seguros através da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A..

Destaques do Ano

Em 2024, a Administração focou na execução do planejamento estratégico, priorizando a inovação em processos e tecnologia e a qualificação do quadro de colaboradores. Os investimentos em tecnologia envolvendo infraestrutura, desenvolvimento e manutenção de sistemas atingiram o montante de R\$ 14,50 milhões (R\$ 13,03 milhões em 2023). Os recursos destinados para a qualificação dos colaboradores e ações de *endomarketing* somaram R\$ 1.646 mil (R\$ 1.961 mil em 2023). No decorrer do ano foram realizados 1.986 treinamentos, totalizando aproximadamente 7.500 horas.

Em parceria com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (“Banrisul”), a Companhia manteve as operações de crédito consignado em 6 convênios, bem como as operações de antecipação do saque aniversário do FGTS, todas contratadas através do BemSign, solução para contratação digital com assinatura eletrônica e orquestração de serviços antifraude desenvolvida pela Bem Promotora. A eficiência comprovada na contratação das operações de crédito levou à inclusão da plataforma BemSign como um novo produto, que desde 2023 já vem gerando receitas adicionais para a Companhia. A Companhia ainda manteve a disponibilização de produtos na linha de seguros de vida e acidentes pessoais, através da subsidiária Bem Corretora de Seguros.



Em 2024, a Bem Promotora participou novamente da pesquisa *Great Place to Work*. O levantamento realizado pelo instituto contou com a participação de 94% dos colaboradores, registrando um nível de satisfação de 90% (89% em 2023). Esses resultados permitiram que a Bem Promotora fosse reconhecida entre as melhores empresas de médio porte para trabalhar no Rio Grande do Sul, alcançando a 9ª posição no *ranking* (17ª em 2023) e no Rio de Janeiro, obtendo a 12ª colocação (18ª em 2023).

Adicionalmente, os eventos climáticos ocorridos no Rio Grande do Sul no 1º semestre de 2024 não impactaram significativamente as operações da Companhia, a expectativa de vida útil dos ativos imobilizado e intangível, nem a expectativa de recuperabilidade dos ativos financeiros e de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social.

Em 2024, a originação de operações de crédito consignado aumentou em comparação com os anos anteriores, totalizando R\$ 6,24 bilhões.



Na linha de Seguros, através da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A., a Companhia gerou R\$ 1,42 milhões de venda de prêmios de seguros de vida e acidentes pessoais.



A disponibilização da plataforma Bemsign para outras linhas de serviço gerou uma receita adicional de R\$ 3,36 milhões para a Companhia, com expectativas de crescimento nos próximos anos.

A receita operacional bruta da prestação de serviços atingiu o montante de R\$ 172,4 milhões. Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 124,1 milhões, representando 72% da receita bruta. O lucro líquido do exercício de 2024 foi de R\$ 21,2 milhões, formando assim um patrimônio líquido em 31 de dezembro de R\$ 61,3 milhões.

Estrutura Operacional

Com sede em Porto Alegre/RS, a Companhia conta atualmente 29 lojas físicas, 373 correspondentes substabelecidos e 393 colaboradores.

Em 2024, a Administração manteve os investimentos direcionados para a infraestrutura e o desenvolvimento de novas tecnologias, e considera que a estrutura operacional instalada permite a continuidade e o crescimento dos negócios da Companhia a curto e médio prazo.

Governança Corporativa

A Companhia possui uma área específica para tratar dos processos de Governança Corporativa, aprimorando assim os processos decisórios da Administração.

A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva. O Conselho Fiscal é composto por três membros eleitos pela Assembleia Geral, é de funcionamento permanente e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em Lei.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes, se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em:

(a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses de seus clientes.

A Deloitte é a empresa contratada para os serviços de auditoria externa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, prestando exclusivamente os serviços para os quais foram contratados, não realizando, portanto, quaisquer outros serviços que eventualmente podem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação ao seu trabalho.

Agradecimento

Para finalizar, agradecemos a confiança de nossos Acionistas, Parceiros e Colaboradores, reiterando o nosso compromisso permanente de promover uma administração voltada para um crescimento empresarial sólido e sustentável.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2025.

A Administração.



Conteúdo

Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	37



Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023		
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		1.960	2.551	2.139	2.698	Obrigações trabalhistas		4.250	7.035	4.257	7.058
Aplicações financeiras	4	35.488	46.513	36.857	47.663	Obrigações fiscais e previdenciárias	9	4.394	4.275	4.429	4.301
Contas a receber		15	5	68	21	Obrigações com fornecedores	16.2	2.771	4.270	2.774	4.273
Impostos a compensar	5	4.692	2.112	4.730	2.139	Obrigações com partes relacionadas		42	55	42	50
Valores a receber correspondentes	6 a	944	922	944	922	Provisão para indenizações contratuais	15.2	13.663	12.217	13.663	12.217
Valores a receber de partes relacionadas		539	123	401	62	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	11	1.630	2.617	1.630	2.617
Outros créditos diversos		335	307	335	307	Provisões para riscos trabalhistas decorrentes de processo arbitral	11	1.852	3.412	1.852	3.412
Valores a receber decorrentes de processo arbitral	6 b	1.852	3.412	1.852	3.412	Passivo e encargos de arrendamento	16.2	1.172	1.040	1.172	1.040
Depósitos em garantia		37	41	37	41						
Depósitos judiciais trabalhistas	11	1.313	2.845	1.313	2.845						
Despesas antecipadas		3.156	3.175	3.159	3.192						
Total do ativo circulante		50.331	62.006	51.835	63.302	Total do passivo circulante		29.774	34.921	29.819	34.968
Não circulante						Não circulante					
Ativo fiscal diferido	10.1	19.967	17.958	19.967	17.958	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	11	3.985	4.045	3.985	4.045
Depósitos em garantia		37	29	37	29	Provisões para riscos trabalhistas decorrentes de processo arbitral	11	3.465	3.153	3.465	3.153
Depósitos judiciais trabalhistas	11	1.496	1.588	1.496	1.588	Passivo e encargos de arrendamento	16.2	880	633	880	633
Valores a receber decorrentes de processo arbitral	6 b	5.074	4.890	5.074	4.890						
Despesas antecipadas		31	93	31	93	Total do passivo não circulante		8.330	7.831	8.330	7.831
Investimentos	7	1.465	1.249	-	-						
Imobilizado	8	6.132	6.927	6.132	6.927	Total do passivo		38.104	42.752	38.149	42.799
Intangível	8	12.928	12.960	12.934	12.960						
Direitos de uso		1.968	1.581	1.968	1.581	Patrimônio líquido	12				
Total do ativo não circulante		49.098	47.275	47.639	46.026	Capital social		26.097	26.097	26.097	26.097
						Reserva legal		5.219	5.219	5.219	5.219
						Reserva para investimentos		14.728	10.156	14.728	10.156
						Reserva para contingências		6.085	4.852	6.085	4.852
						Lucros à disposição da Assembleia Geral		9.196	20.205	9.196	20.205
						Total do patrimônio líquido		61.325	66.529	61.325	66.529
Total do ativo		99.429	109.281	99.474	109.328	Total do passivo e do patrimônio líquido		99.429	109.281	99.474	109.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	13	147.892	156.277	148.865	157.035
Custo dos serviços prestados	14	(43.555)	(38.290)	(43.569)	(38.299)
Lucro bruto		104.337	117.987	105.296	118.736
(Despesas) Receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	14	(56.184)	(55.834)	(56.626)	(56.357)
Impairment de ativos financeiros	14	(6.083)	(7.972)	(6.083)	(7.972)
Resultado de participação em controladas	7	525	258	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	14	(18.264)	(10.785)	(18.252)	(10.786)
		(80.006)	(74.333)	(80.961)	(75.115)
Lucro antes do resultado financeiro		24.331	43.654	24.335	43.621
Receitas financeiras		5.790	7.076	5.921	7.225
Despesas financeiras		(249)	(210)	(250)	(211)
Resultado financeiro		5.541	6.866	5.671	7.014
Resultado operacional antes dos impostos		29.872	50.520	30.006	50.635
Provisão para imposto de renda e contribuição social	10.3	(8.676)	(16.286)	(8.810)	(16.401)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(10.685)	(19.621)	(10.819)	(19.736)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.009	3.335	2.009	3.335
Lucro líquido do exercício		21.196	34.234	21.196	34.234
Quantidade de ações (em lote de mil)		2.246	2.246	2.246	2.246
Lucro líquido por ação (em R\$)		9,44	15,24	9,44	15,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	<u>21.196</u>	<u>34.234</u>	<u>21.196</u>	<u>34.234</u>
Resultado abrangente total atribuível aos acionistas controladores	<u>21.196</u>	<u>34.234</u>	<u>21.196</u>	<u>34.234</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros					Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido - Controladora e Consolidado
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Investimentos	Reserva para Contingências	Lucros à Disposição da Assembleia Geral		
Saldos em 01 de janeiro de 2023	26.097	5.219	8.921	-	21.846	-	62.083
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	(15.759)	-	(15.759)
Constituição de reserva para investimentos	-	-	1.235	-	(1.235)	-	-
Constituição de reserva para contingências	-	-	-	4.852	(4.852)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	34.234	34.234
Destinação do resultado do exercício							
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	-	(14.029)	(14.029)
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	-	-	-	20.205	(20.205)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	26.097	5.219	10.156	4.852	20.205	-	66.529
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	-	-	(14.400)	-	(14.400)
Constituição de reserva para investimentos (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	4.572	-	(4.572)	-	-
Constituição de reserva para contingências (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	-	1.233	(1.233)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.196	21.196
Destinação do resultado do exercício							
Dividendos intermediários pagos (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	-	-	-	(12.000)	(12.000)
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	-	-	-	9.196	(9.196)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	26.097	5.219	14.728	6.085	9.196	-	61.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa (método indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Atividades operacionais				
Resultado operacional antes dos impostos	29.872	50.520	30.006	50.635
Ajustes ao resultado operacional antes dos impostos	20.880	24.710	21.406	24.969
Depreciação e amortização	9.661	9.320	9.661	9.321
Resultado da participação em sociedade controlada	(525)	(258)	-	-
Provisão <i>Impairment</i> de ativos financeiros	6.083	7.972	6.083	7.972
(Reversão)/Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	(1.047)	1.233	(1.047)	1.233
Provisão para indenizações contratuais	6.715	6.322	6.715	6.322
Perda com baixa de bens do imobilizado e intangível	30	118	30	118
Ganho de capital em imobilizado e intangível	(5)	(5)	(5)	(5)
Outras despesas operacionais	(32)	8	(31)	8
Variações nos ativos e passivos	(16.350)	(34.448)	(16.727)	(34.607)
Redução/(Aumento) em aplicações financeiras	11.029	(1.077)	10.810	(1.079)
(Aumento)/Redução em contas a receber	(10)	4	(47)	30
Aumento em impostos a compensar	(4.319)	(4.347)	(4.330)	(4.345)
Redução em depósitos em garantia	1.620	692	1.620	692
Aumento em valores a receber correspondentes e outros créditos	(4.757)	(4.541)	(4.757)	(4.551)
Redução/(Aumento) em despesas antecipadas	81	(81)	94	(84)
(Redução)/Aumento em obrigações com fornecedores	(1.499)	93	(1.499)	90
Aumento/(Redução) em obrigações fiscais e previdenciárias	119	(859)	82	(916)
Redução em obrigações trabalhistas	(4.033)	(1.805)	(4.048)	(1.810)
(Redução)/Aumento em obrigações partes relacionadas	(366)	39	(348)	(2)
Pagamento de indenizações contratuais	(5.269)	(6.898)	(5.269)	(6.898)
Imposto de renda e contribuição social correntes pagos	(8.946)	(15.668)	(9.035)	(15.734)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	34.402	40.782	34.685	40.997
Atividades de investimento				
Dividendos recebidos de sociedade controlada	245	152	-	-
Aquisição de imobilizado	(1.055)	(1.151)	(1.055)	(1.151)
Aquisição de intangível	(6.250)	(6.588)	(6.256)	(6.588)
Venda de imobilizado e intangível	5	5	5	5
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(7.055)	(7.582)	(7.306)	(7.734)
Atividades de financiamento				
Arrendamento de direitos de uso - pagamentos	(1.538)	(1.800)	(1.538)	(1.800)
Dividendos pagos	(26.400)	(29.788)	(26.400)	(29.788)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(27.938)	(31.588)	(27.938)	(31.588)
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(591)	1.612	(559)	1.675
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.551	939	2.698	1.023
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.960	2.551	2.139	2.698
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(591)	1.612	(559)	1.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. (“Companhia”) atua na prestação de serviços de gestão e originação de créditos de terceiros, tendo como foco a recepção, análise, processamento e encaminhamento de propostas de crédito, serviços de coleta de informações cadastrais e de documentos, retenção de clientes e gestão de operações de crédito e outros serviços complementares na forma da Resolução nº 4.935, emitida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) em 29 de julho de 2021. A Companhia é controlada pelos acionistas AMCM Participações Ltda. e RSR Participações Societárias Ltda.

Em 2024, a Companhia manteve seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação, processamento e gestão de carteira de empréstimos consignados ao seu acionista Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”), mediante o substabelecimento de correspondentes no país e através da estrutura física e operacional da sua rede de lojas próprias. Além do foco no crédito consignado, a Companhia expandiu a prestação de serviços na área de tecnologia e ainda manteve sua atuação no mercado de corretagem de seguros através da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A.

Adicionalmente, os eventos climáticos ocorridos no Rio Grande do Sul no 1º semestre de 2024 não impactaram significativamente as operações da Companhia, a expectativa de vida útil dos ativos imobilizado e intangível, nem a expectativa de recuperabilidade dos ativos financeiros e de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social.

2 Apresentação das demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 27 de fevereiro de 2025.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia no ano de 2024 estão consistentes com as práticas contábeis adotadas no ano de 2023.



2.2 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

a) Normas novas e interpretações em vigor no exercício corrente:

Uma série de alterações nas normas tornaram-se efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não identificou impactos relevantes oriundo das alterações dessas normas na preparação de suas demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 36 (R3) e CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações ao CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações ao CPC 26 (R1)	Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i>
Alterações ao CPC 40 (R1)	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações ao CPC 06 (R2)	Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”

b) Novas normas e interpretações ainda não efetivas:

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 02/ IAS 21	Falta de Conversibilidade
Alterações ao CPC 26 (R1)/IFRS 18	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Com exceção as alterações realizadas e ainda não vigentes no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras em períodos futuros.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização dos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.2.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio de diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações,



realizações de créditos tributários, assim como a análise de riscos para determinação de provisões para perdas de crédito esperadas e passivos contingentes.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

2.6 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 5 – Provisão para não realização de incentivos fiscais: provisão constituída aguardando a decisão por parte do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, referente aos projetos elegíveis para o aproveitamento do benefício da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05);
- Nota Explicativa nº 6 - Reconhecimento e mensuração de provisões para perdas de crédito esperadas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas;
- Nota Explicativa nº 8 – Imobilizado e Intangível: vida útil estimada dos ativos imobilizados e intangíveis;
- Nota Explicativa nº 10 - Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro em montante suficiente para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas;
- Nota Explicativa nº 11 - Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota Explicativa nº 15.2 - Provisão para indenizações contratuais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas.

2.7 Demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre ela. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir.

De acordo com o que orienta o CPC 36 (R3), as demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas de forma consolidada com as demonstrações financeiras da sua subsidiária integral, a Bem Corretora de Seguros S.A. (“Controlada”).

Na consolidação das demonstrações financeiras, os saldos e transações *intercompany* e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany* são eliminados. O saldo de investimentos em controladas existente no balanço da Companhia é eliminado juntamente com o saldo do patrimônio líquido da Controlada, considerando que a Companhia possui 100% de participação no capital social da Controlada.



3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações financeiras imediatamente conversíveis, com prazo de vencimento inferior a 90 (noventa) dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

3.2 Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: saldos em conta corrente, saldos de aplicações financeiras e valores a receber de correspondentes (Nota Explicativa nº 6.a). Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo através do resultado e custo amortizado.

Os principais passivos financeiros correspondem às obrigações com fornecedores e passivos e encargos de arrendamento.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação nas seguintes categorias: a valor justo por meio do resultado, e ativos e passivos mensurados ao custo amortizado.

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos e passivos financeiros nas categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (b) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, tendo por base o modelo de negócios e as características de fluxos de caixa contratuais.

Valor justo por meio do resultado

Todos os ativos e passivos financeiros que não atendem aos critérios de classificação mensurados como custo amortizado são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, como receita ou despesa financeira, dependendo do resultado obtido.

Custo amortizado

São incluídos nesta categoria os passivos financeiros e ativos financeiros de dívida simples cujo objetivo é de reconhecer apenas fluxos de caixa contratuais. São atualizados pelo método de juros efetivos, reconhecendo as receitas ou despesas de juros no resultado, ao longo do período pertinente, com base na taxa de juros efetiva.



Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, considerando também se houveram aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Companhia mensura a provisão para perdas em instrumentos financeiros ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

3.3 Provisão para perdas de crédito esperadas

As provisões para perdas de crédito esperadas são constituídas com base na análise periódica dos ativos financeiros, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização desses ativos (Nota Explicativa nº 16.1).

3.4 Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados de despesas, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, conseqüentemente, são registrados no ativo considerando o princípio contábil da competência.

Este grupo está composto principalmente por despesas antecipadas de benefícios de pessoal e licenças de uso de *software*.

3.5 Investimentos

A participação em sociedade controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas pela entidade controlada são uniformes às adotadas pela Companhia.

3.6 Imobilizado e intangível

Os móveis, utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado.

Os *softwares* de propriedade da Companhia estão demonstrados ao valor de custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidos de amortização e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação e amortização são revisados no final de cada ano quando da elaboração do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota Explicativa nº 8).

Um item do imobilizado ou do intangível passa a ser depreciado ou amortizado, respectivamente, a partir do momento em que este é colocado em uso, e é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou



perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado ou intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, bem como são reconhecidos no resultado do período.

3.7 Bens de direito de uso – CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Os ativos registrados como bens de direito de uso estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) e estão compostos basicamente pelo valor presente dos contratos de aluguéis que a Companhia mantém com terceiros, nos quais estão situados os escritórios administrativos e lojas que integram a rede comercial.

Estes valores afetam o resultado à medida que são depreciados, normalmente pelo prazo contratual. O período depreciável é o prazo de vigência de cada contrato, salvo nos casos de contrato com prazo indeterminado, onde foi definido o período de 60 (sessenta) meses, tendo como base o histórico de permanência nos imóveis.

3.8 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e as variações monetárias até a data dos balanços, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou para ajuste ao valor de mercado.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos (Nota Explicativa nº 10).

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação.

A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada e contabilizada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ambos ajustados conforme normas fiscais estabelecidas para a empresa cuja apuração tem como base o Lucro Real.

Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes no final de cada período. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, se houver, serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis futuros, observando o limite de 30% do lucro real do período-base.

Imposto de renda e contribuição social - Controlada

O imposto de renda e a contribuição social da Controlada são apurados através do Lucro Presumido, sistemática regulamentada pelos art. 587 a 594 do regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/18). Os impostos com base no Lucro Presumido foram determinados por



períodos de apuração trimestrais, calculados sobre a base de 32% da receita bruta, acrescida de outras receitas operacionais.

3.10 Contribuições ao PIS e à COFINS

A Companhia apura as contribuições para o PIS e a COFINS pelo regime não-cumulativo, aplicando sobre a receita bruta os percentuais de, respectivamente, 1,65% e 7,6%, e apurando créditos sobre custos e despesas diretamente relacionados à prestação de serviços. As alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras são de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS.

As contribuições ao PIS e à COFINS da Controlada são calculadas pelo regime cumulativo às alíquotas de, respectivamente, 0,65% e 3%.

3.11 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais e contratuais

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 que trata de provisões, ativos e passivos contingentes, uma provisão só deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tiver uma obrigação presente como resultado de eventos passados; (b) for provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, porém, devem ser divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os passivos contingentes são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. Não existem ativos contingentes contabilizados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Contudo existem processos com decisões favoráveis à Companhia aguardando trânsito em julgado no montante de R\$ 1.927 em 2024 (R\$ 1.715 em 2023).

3.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) que dispõe sobre procedimentos aplicáveis a reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), a Companhia testa, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de que seus ativos tangíveis sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

A Companhia não identificou indícios que indiquem a necessidade de contabilizar qualquer redução ao valor recuperável dos ativos.

3.13 Reconhecimento de receita

As receitas da Companhia são reconhecidas com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 47, à medida que a entidade satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o serviço contratado pelo cliente. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação dos serviços. A Companhia avaliou as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:



- i. Receitas de prestação de serviço - As receitas de prestação de serviço são reconhecidas pelo regime de competência com base no serviço prestado, e referem-se principalmente as comissões sobre originação de operações de crédito, serviços de gestão da produção, serviços de cobrança e agenciamento e corretagem de seguros e serviços de tecnologia.
- ii. Receitas de juros - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, na demonstração do resultado.

3.14 Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados é composto por gastos com pessoal e demais insumos diretamente relacionados aos serviços prestados pela companhia.

3.15 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

3.16 Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme Pronunciamento Técnico CPC 41. O cálculo do lucro diluído por ação é equivalente ao cálculo do lucro líquido básico por ação, por não existir nenhum efeito dilutivos potencial nas ações ou instrumentos de conversão.

3.17 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

O Conselho de Administração supervisiona e acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.



a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, falhas que surgem principalmente dos valores a receber de correspondentes. Os principais ativos sujeitos a risco de crédito são as aplicações financeiras, contas a receber de clientes e valores a receber de correspondente.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Em relação ao *impairment*, a Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes.

4 Aplicações financeiras

Estão representadas por Certificados de Depósito Bancário – (CDB), remunerados às taxas de 100,5% a 105,0% do CDI, com vencimentos superiores a 90 (noventa) dias e com possibilidade de resgate imediato. Essas aplicações financeiras estão classificadas como valor justo por meio do resultado.

O quadro abaixo demonstra os recursos aplicados pela Companhia em instituições financeiras, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional de risco da agência de *rating* *Fitch Ratings*:

Instituição	Agência	Classificação de Risco	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	<i>Fitch Ratings</i>	AA+ (bra)	9.241	13.922	9.770	14.305
Banco Bradesco S.A.	<i>Fitch Ratings</i>	AAA (bra)	0	10.207	0	10.207
Banco XP S.A.	<i>Fitch Ratings</i>	AAA (bra)	25.656	21.845	25.656	21.845
Itaú S.A.	<i>Fitch Ratings</i>	AAA (bra)	591	539	1.431	1.306
			35.488	46.513	36.857	47.663



5 Impostos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IR/CSLL retidos na fonte	191	334	226	359
IR/CSLL a recuperar do exercício corrente	3.491	1.727	3.491	1.727
IR/CSLL a recuperar de exercícios anteriores	7.781	5.853	7.781	5.853
IR a compensar - pagamento a maior	1.233	-	1.233	-
(-) Provisão para não realização de incentivos fiscais IR/CSLL	(9.282)	(7.142)	(9.282)	(7.142)
PIS e COFINS de créditos tributários	140	57	140	57
PIS e COFINS retidos na fonte	469	538	469	538
ISSQN retido na fonte	667	745	670	746
ISSQN a recuperar	2	-	2	1
Total	4.692	2.112	4.730	2.139

Em setembro de 2022, a Companhia entrou com o Mandado de Segurança nº 5049920-74.2022.4.04.7100/RS pleiteando o direito à dedução em dobro das despesas com o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador no cálculo do lucro real, nos termos do art. 1º da Lei 6.321/76. Em dezembro de 2024, transitou em julgado a decisão favorável à Companhia autorizando a dedução deste benefício, o que resultou num montante a recuperar de R\$ 963, que atualizado para 31 de dezembro totalizou R\$ 1.233, considerando o recálculo retroativo ao ano de 2018.

6 Valores a receber de correspondentes e valores a receber de procedimento arbitral

a. Valores a receber de correspondentes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Valores a receber de correspondentes	32.206	26.101	32.206	26.101
(-) Provisão p/perda no recebimento de créditos	(31.262)	(25.179)	(31.262)	(25.179)
Total	944	922	944	922

Com base nos contratos de Prestação de Serviços de Correspondente no País - Master firmados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”), a Companhia indenizou e subrogou-se de créditos que a instituição tinha a receber de correspondentes substabelecidos em decorrência de cancelamentos de contratos de crédito consignado, seja por irregularidades na origem ou averbação das operações. A Companhia constituiu provisão para perda no recebimento destes créditos de acordo com as políticas internas aprovadas pela Administração, e considera que tais provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas no recebimento destes créditos.



	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Movimentação das provisões para perda		
Saldo no início do exercício	25.179	17.207
Provisão / (reversão)	19.437	13.864
Baixas para prejuízo	(13.695)	(5.985)
Recuperação de prejuízo	341	93
Saldo no final do exercício	31.262	25.179

b. Valores a receber de procedimento arbitral

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contingências trabalhistas – Procedimento arbitral (Nota Explicativa nº 11 d)	5.317	6.565	5.317	6.565
Reembolsos – Procedimento arbitral	1.609	1.737	1.609	1.737
Total	6.926	8.302	6.926	8.302
Circulante	1.852	3.412	1.852	3.412
Não circulante	5.074	4.890	5.074	4.890

7 Investimento em controlada

A Bem Corretora de Seguros S.A. com sede em Porto Alegre/RS, atua como corretora de seguros referente aos ramos de pessoas, capitalização e previdência complementar aberta.

Bem Corretora de Seguros S.A.	% de participação	Saldo inicial	Resultado da equivalência	Dividendos distribuídos	Dividendos provisionados	Saldo final
Ano 2024	100%	1.249	525	(184)	(125)	1.465
Ano 2023	100%	1.166	258	(152)	(23)	1.249

8 Imobilizado e intangível

Imobilizado	Controladora e Consolidado			
	Benefícios em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Equipamentos de informática e outros	Total
Valor contábil líquido em 01 de janeiro de 2023	3.380	1.593	3.048	8.021
Movimentações no exercício				
Aquisições	412	122	617	1.151
Alienações – Baixa Custo	(238)	(217)	(204)	(659)
Alienações – Baixa Depreciação	155	149	190	494
Depreciação	(393)	(201)	(1.486)	(2.080)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2023	(64)	(147)	(883)	(1.094)



Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024 e 2023

Custo	5.326	3.199	10.031	18.556
Depreciação acumulada	<u>(2.010)</u>	<u>(1.753)</u>	<u>(7.866)</u>	<u>(11.629)</u>
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2023	<u>3.316</u>	<u>1.446</u>	<u>2.165</u>	<u>6.927</u>
Movimentações no exercício				
Aquisições	327	103	625	1.055
Alienações – Baixa Custo	(78)	(883)	(1.075)	(2.036)
Alienações – Baixa Depreciação	76	861	1.060	1.997
Depreciação	<u>(397)</u>	<u>(185)</u>	<u>(1.229)</u>	<u>(1.811)</u>
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2024	(72)	(104)	(619)	(795)
Custo (*)	5.575	2.419	9.581	17.575
Depreciação acumulada (*)	<u>(2.331)</u>	<u>(1.077)</u>	<u>(8.035)</u>	<u>(11.443)</u>
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	<u>3.244</u>	<u>1.342</u>	<u>1.546</u>	<u>6.132</u>
Taxas anuais médias de depreciação	10%	7%	20%	

(*) A sociedade controlada apresenta o saldo de R\$ 1 registrado no grupo de Equipamentos de Informática. Considerando o baixo valor e que o patrimônio está completamente depreciado em 31 de dezembro de 2024, a composição do ativo imobilizado está sendo apresentada de forma consolidada.

Controladora e Consolidado

Intangível	Marcas	Softwares	Total
Valor contábil líquido em 01 de janeiro de 2023	<u>26</u>	<u>11.829</u>	<u>11.855</u>
Movimentações no exercício			
Aquisições	-	6.588	6.588
Amortização	-	<u>(5.483)</u>	<u>(5.483)</u>
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2023	-	1.105	1.105
Custo	26	31.271	31.297
Amortização acumulada	<u>-</u>	<u>(18.337)</u>	<u>(18.337)</u>
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2023	<u>26</u>	<u>12.934</u>	<u>12.960</u>
Movimentações no exercício			
Aquisições (*)	9	6.247	6.256
Alienações – Baixa Custo	-	(287)	(287)
Alienações – Baixa Depreciação	-	287	287
Amortização	<u>-</u>	<u>(6.283)</u>	<u>(6.283)</u>
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2024	9	(35)	(26)
Custo	35	37.231	37.266
Amortização acumulada	<u>-</u>	<u>(24.332)</u>	<u>(24.332)</u>
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	<u>35</u>	<u>12.899</u>	<u>12.934</u>
Taxas anuais médias de amortização	-	33%	



(*) A sociedade controlada apresenta um saldo de R\$ 6 registrado no grupo de marcas e patentes. Considerando o baixo valor, a composição do ativo intangível está sendo apresentada de forma consolidada.

9 Obrigações fiscais e previdenciárias a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda	-	-	16	6
Contribuição social	-	-	9	6
Encargos sociais	1.610	1.442	1.614	1.452
PIS/COFINS	1.326	1.464	1.328	1.465
ISSQN	693	772	697	773
Outros tributos	765	597	765	599
Total	4.394	4.275	4.429	4.301

10 Imposto de renda e contribuição social

10.1 Composição do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Provisão para perdas no recebimento de crédito	31.262	25.179
Provisão para despesas gerais e administrativas	8.704	8.824
Provisão para indenizações contratuais	13.663	12.217
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	5.039	6.085
Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis	58.668	52.305
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social sobre provisões temporárias	19.947	17.784
Outras provisões indedutíveis apenas para a CSLL	228	1.938
Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis para a CSLL	228	1.938
Alíquota da contribuição social	9%	9%
Contribuição social sobre provisões temporárias	20	174
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	19.967	17.958



10.2 Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Exercício de 2024	-	5.140
Exercício de 2025	2.992	3.293
Exercício de 2026	2.507	4.049
Exercício de 2027	5.816	3.361
Exercício de 2028	5.139	2.115
Exercício de 2029	3.513	-
Total	19.967	17.958

O ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias será realizado de acordo com a efetivação da despesa provisionada, momento em que a despesa será considerada dedutível para o cálculo do imposto de renda e o ativo fiscal diferido será baixado contra o resultado do período, ou com a reversão das provisões constituídas e não realizadas, tais como as provisões para perdas de crédito esperadas e provisões para passivos contingentes.

10.3 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	Controladora	
	2024	2023
Resultado antes da tributação	29.872	50.521
Alíquota fiscal	34%	34%
Despesas de tributos à alíquota nominal	(10.156)	(17.177)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:		
Despesas indedutíveis permanentes	(1.470)	(1.140)
Despesas indedutíveis de IR, dedutíveis de CSLL	(54)	(416)
Receitas não tributáveis	419	-
Resultado de participações societárias	178	88
Incentivo da Lei do Bem	1.608	1.289
Incentivos fiscais (PAT)	330	354
Patrocínios e doações	445	692
Imposto de renda calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	24	24
Total do IR e CSLL no resultado	(8.676)	(16.286)
Corrente	(10.685)	(19.621)
Diferido	2.009	3.335



	Controlada	
	2024	2023
Receita Bruta	1.042	811
Base de cálculo presumida - 32%	333	260
Demais receitas	131	149
Base de cálculo de IR e CSLL	464	409
Contribuição social - 9%	(42)	(37)
Imposto de renda - 15%	(70)	(61)
Adicional de imposto de renda - 10%	(22)	(17)
Total do IR e da CSLL no resultado	(134)	(115)
Corrente	(134)	(115)
	Consolidado	
	2024	2023
Total do IR e CSLL no resultado	(8.810)	(16.401)
Corrente	(10.819)	(19.736)
Diferido	2.009	3.335

11 Provisão para contingências

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. A Companhia provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável e a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

Consolidado 2024	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total	Trabalhistas Processo Arbitral
Saldo em 01 de janeiro de 2024	5.963	122	577	6.662	6.565
Constituição e Atualização Monetária	2.697	(41)	-	2.656	1.596
Reversão da Provisão	(2.247)	86	-	(2.161)	(1.049)
Baixas por Pagamento	(1.539)	(3)	-	(1.542)	(1.795)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.874	164	577	5.615	5.317
Circulante	1.053	-	577	1.630	1.852
Não circulante	3.821	164	-	3.985	3.465
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2024 - Risco Provável	2.322				
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2024 - Risco Possível e Remoto	487				



Consolidado 2023	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total	Trabalhistas Processo Arbitral
Saldo em 01 de janeiro de 2023	4.754	98	1.413	6.265	8.716
Constituição e Atualização Monetária	3.328	24	-	3.352	1.714
Reversão da Provisão	(806)	-	(836)	(1.642)	(1.644)
Baixas por Pagamento	(1.313)	-	-	(1.313)	(2.221)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.963	122	577	6.662	6.565
Circulante	2.040	-	577	2.617	3.412
Não circulante	3.923	122	-	4.045	3.153
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2023 - Risco Provável	3.874				
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2023 - Risco Possível e Remoto	559				

- (a) **Trabalhistas:** referem-se a processos movidos por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem ser devidos no montante de R\$ 10.191 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 12.528 em 31 de dezembro de 2023). Para fazer frente a tais processos a Companhia realizou depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2024, somam R\$ 2.322 (R\$ 3.874 em 31 de dezembro de 2023). Com base na opinião dos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda nesses processos como prováveis, a Administração constituiu provisão para perda destes, conforme apresentada no Balanço Patrimonial.

Deste montante, a Companhia registrou um contas a receber de R\$ 5.317 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 6.565 em 31 de dezembro de 2023), na rubrica de “Valores a receber decorrentes de processo arbitral” (Nota Explicativa nº 6 b), tendo como base a sentença proferida no processo arbitral (Nota Explicativa nº 11 d).

Existem ainda contingências trabalhistas com possibilidade de perdas avaliadas como possíveis, no montante de R\$ 13.569 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 14.694 em 31 de dezembro de 2023). Para fazer frente a tais processos a Companhia realizou depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2024, somam R\$ 139 (R\$ 96 em 31 de dezembro de 2023) Esse montante está pulverizado em reclamantes solicitando a equiparação de condição de bancário e benefícios oriundos desse vínculo. A Administração não constituiu provisão para perda destes processos.

Destacamos que as premissas utilizadas para segregar curto e longo prazo, tanto dos processos trabalhistas, quanto dos depósitos judiciais foram as seguintes:

- Curto prazo: foram considerados processos em fase de liquidação, execução ou execução provisória;
- Longo prazo: foram considerados processos em fase recursal, que aguardam julgamento na 2ª instância ou em Tribunais Superiores.

- (b) **Cíveis:** referem-se a processos decorrentes de ações declaratórias de nulidade contratual e, em alguns casos, cumulada com indenização por danos morais e repetição do indébito com pedido de antecipação de tutela. Com base na opinião dos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda desses processos como provável, a Administração constituiu provisão para fazer face às perdas estimadas nesses processos no montante de R\$ 164 em 31 de dezembro de



2024 (R\$ 122 em 31 de dezembro 2023). Existem ainda contingências cíveis com possibilidade de perdas avaliadas como possíveis, no montante de R\$ 3.544 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.390 em 31 de dezembro de 2023), para as quais de acordo com as práticas contábeis não foram registradas provisões para contingências.

- (c) **Fiscais:** a Companhia entrou com recursos administrativos junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, referentes aos Autos de Infração expedidos em 2016, contestando o prazo de recolhimento do ISS das lojas localizadas no Município no período de 2011 até 2016. Em dezembro de 2022, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda do recurso como provável. A provisão constituída para fazer frente a esta perda foi de R\$ 836 em 31 de dezembro de 2022. No primeiro semestre de 2023 a Companhia liquidou a dívida junto à Prefeitura do Rio de Janeiro pelo montante de R\$ 918.

A Companhia constituiu provisão para não realização de incentivos fiscais relacionados à aplicação da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05) no exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da provisão é de R\$ 577, e deve ser revertida no período em que os projetos que formaram base para o benefício sejam homologados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Adicionalmente, a Companhia é parte em ação judicial de natureza fiscal movida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil através de Auto de Infração, que constituiu um crédito tributário de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS referente ao exercício de 2009, no montante de R\$ 10.870 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 8.355 em 31 de dezembro de 2023), já considerando a multa de ofício de 75%. Entretanto, a Administração não constituiu provisão para perda desta ação judicial tendo em vista a classificação de risco definida pelos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda desse processo como possível, bem como a sentença do processo arbitral (Nota Explicativa nº 11 d).

- (d) **Procedimento arbitral:** Em 05 de agosto de 2019, foi proferida sentença do procedimento arbitral movido em maio de 2017 pela Companhia, tendo como contraparte o Banco Original S.A., com fundamento no Contrato de Compra e Venda das Ações da Companhia firmado em 13 de março de 2012. O procedimento arbitral tinha por objetivo, entre outros que foram julgados improcedentes pela Câmara Arbitral, a interpretação da cláusula de responsabilidade do Banco Original S.A. frente aos prejuízos oriundos de ações trabalhistas, cuja origem das ações tenham como fundamento fatos ocorridos em data anterior a 13 de março de 2012, data da compra e venda das ações da Companhia para os atuais Acionistas (Nota Explicativa nº 11 b), e medidas acautelatórias em decorrência de cobrança pela Secretaria da Receita Federal de créditos tributários relativos ao período anterior a celebração do contrato de compra e venda (Nota Explicativa nº 11 c).

Referente as medidas acautelatórias relativas ao crédito tributário, a Companhia obteve sentença procedente no procedimento arbitral. Para suportar o risco tributário, o Banco Original S.A. forneceu Carta Fiança, à Justiça Federal do Distrito Federal no processo 1014299-86.2017.4.01.3400 no montante de R\$ 10.870 (R\$ 8.151 em 31 de dezembro de 2023)

Para suportar os riscos trabalhistas, o Banco Original S.A. apresentou garantia no valor de R\$ 5.200 (R\$ 11.102 em 31 de dezembro de 2023), atreladas à títulos públicos.



12 Patrimônio líquido

12.1 Capital social e composição acionária

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 26.097, e está representado por 2.246.119 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	2024 e 2023	
	Quantidade de ações	Participação
AMCM Participações Ltda.	792.215	35,2704%
RSR Participações Societárias Ltda.	333.091	14,8296%
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1.120.813	49,9000%
Total	2.246.119	100,0000%

12.2 Reservas

(a) Reserva legal:

A Lei n° 6.404/76 e o Estatuto Social da Companhia preveem que, do lucro líquido do exercício, deverá ser destinado o montante de 5% para a conta de reserva legal, limitando o saldo desta conta a 20% do capital social.

Em 2024 a Companhia não destinou valores para constituição da reserva legal, visto que o saldo da reserva já atingiu o limite de 20% do capital social.

(b) Reserva para investimentos:

Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 11 de abril de 2023, foi destinado para reservas de lucros para investimentos no montante de R\$ 1.235 referente ao saldo remanescente de lucros do exercício de 2022.

Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 21 de março de 2024, foi destinado para reservas de lucros para investimentos no montante de R\$ 4.572 referente ao saldo remanescente de lucros do exercício de 2023.

(c) Reserva para contingências:

Com base no estatuto social, os Acionistas deliberaram na Assembleia Geral Ordinária de 2023 e 2024, a destinação de parte dos lucros à disposição da assembleia para a constituição de reserva para contingências. Em 2023 o valor destinado para a referida reserva foi de R\$ 4.852, em 2024 o valor destinado foi de R\$ 1.233.

Tanto na Assembleia de 2023 quanto de 2024, o valor deliberado para reserva de contingências teve como base o valor das contingências cíveis e trabalhistas provisionadas nos balanços de 31 de dezembro de 2022 e 2023, respectivamente, cujo risco de perda das ações foi classificado pela assessoria jurídica como “provável”.



(d) Lucros a disposição a Assembleia Geral:

Do resultado do exercício de 2024, R\$ 12.000 foram distribuídos com base no resultado intermediário do primeiro semestre, nos termos da legislação vigente e do Estatuto Social da Companhia.

O resultado remanescente do exercício de 2024 no valor de R\$ 9.196 permanece disponível para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

12.3 Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê que às ações do capital social é assegurada a distribuição de dividendos mínimos, anualmente, de 25% do lucro ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, permitindo a imputação a eles dos juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio. Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

No ano de 2024 a Companhia distribuiu aos acionistas a título de dividendos o montante de R\$ 26.400 (R\$ 29.788 em 2023), conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Destinação do resultado do exercício anterior	14.400	15.759
Dividendos intermediários semestrais	12.000	14.029
Total	26.400	29.788

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não constituiu provisão para pagamento de dividendos, considerando que o valor distribuído no segundo semestre a título de dividendos intermediários é superior ao percentual de 25% relativo aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social.

13 Receita operacional líquida

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Serviço de gestão da produção	159.380	172.935	159.380	172.935
Comissão de intermediação	9.356	7.898	9.356	7.898
Serviços de biometria	3.534	1.219	3.534	1.219
Agenciamento e corretagem de seguros e capitalização	154	139	1.196	950
Serviços de cobrança	5	28	5	28
Deduções da receita bruta				
PIS sobre faturamento	(2.845)	(3.007)	(2.852)	(3.012)
COFINS sobre faturamento	(13.105)	(13.849)	(13.136)	(13.873)
ISSQN	(8.587)	(9.086)	(8.618)	(9.110)
Total receita líquida	147.892	156.277	148.865	157.035



14 Despesas por natureza

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo dos serviços prestados	(43.555)	(38.290)	(43.569)	(38.299)
Despesas gerais e administrativas	(56.184)	(55.834)	(56.626)	(56.357)
Impairment de ativos financeiros	(6.083)	(7.972)	(6.083)	(7.972)
Outras receitas e despesas operacionais	(18.264)	(10.785)	(18.252)	(10.786)
Total	(124.086)	(112.881)	(124.530)	(113.414)
Despesas de pessoal	(56.873)	(54.148)	(57.004)	(54.514)
Serviços de terceiros	(6.188)	(4.792)	(6.203)	(4.801)
TI e telecomunicações	(16.474)	(14.277)	(16.479)	(14.277)
Estrutura e consumo	(1.231)	(1.230)	(1.231)	(1.230)
Serviços e despesas de apoio	(2.782)	(2.714)	(2.786)	(2.719)
Conservação e manutenção	(1.252)	(1.576)	(1.252)	(1.576)
Despesas de marketing	(4.398)	(4.131)	(4.495)	(4.142)
Outras despesas administrativas	(1.356)	(2.387)	(1.371)	(2.387)
Depreciação e amortização	(8.011)	(7.521)	(8.012)	(7.522)
Depreciação direito de uso	(1.568)	(1.757)	(1.568)	(1.757)
Perdas na alienação e baixa de ativos imobilizados	(25)	(113)	(25)	(113)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(6.083)	(7.972)	(6.083)	(7.972)
Prejuízo com indenizações contratuais	(5.003)	(6.300)	(5.003)	(6.300)
Reversão/(Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.047	(1.233)	1.047	(1.233)
(Provisão)/Reversão para indenizações contratuais	(1.446)	576	(1.446)	576
Prejuízos de valores a receber de correspondentes	(13.354)	(5.892)	(13.354)	(5.892)
Ressarcimento de despesas- Processo arbitral	1.699	2.281	1.699	2.281
Provisão para não realização de benefício fiscal	(2.140)	(786)	(2.140)	(786)
Recuperação de Indébito tributário	963	-	963	-
Outras receitas e despesas	389	1.091	213	950
Total	(124.086)	(112.881)	(124.530)	(113.414)

15 Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia mantém seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados, que em 31 de dezembro de 2024, corresponde a 99,9% das receitas da Companhia (99,3% da receita consolidada). Atualmente, esses serviços são prestados exclusivamente ao parceiro comercial e Acionista Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul").

Em 2023 a Companhia iniciou a prestação de serviços de biometria, serviços estes prestados até o momento a partes relacionadas conforme nota 15.1.

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como valores registrados no resultado do exercício originados nas operações com partes relacionadas, decorrem dessas operações que são realizadas conforme condições contratuais definidas entre as partes. Essas condições, em determinadas operações, podem não ser comparáveis caso realizadas com terceiros.

Os saldos e os resultados decorrentes de transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, e estão sumariadas a seguir:



15.1 Saldos e transações com empresas ligadas

Controladora

	Ativos e Passivos					Resultado					
	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Comissões e serviços a receber	Dividendos a receber (pagar)	Outras contas a receber (pagar)	Receitas/Despesas Financeiras	Receitas de prestação de serviços	Prejuízo com indeniz. Contratuais	Ressarcimento de despesas	Despesas com Aluguéis	Benefícios de curto prazo
2024											
Pessoas jurídicas											
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1.409	9.241	371	-	(13.674)	1.811	172.239	(5.003)	-	(137)	-
Bem Corretora de Seguros S.A.	-	-	-	125	13	-	-	-	189	-	-
Fundação Banrisul de Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	37	-	-	-	-
Pessoas físicas											
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.370)
Total	1.409	9.241	371	125	(13.661)	1.811	172.276	(5.003)	189	(137)	(7.370)
2023											
Pessoas jurídicas											
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1.683	13.922	23	-	(12.228)	1.910	182.080	(6.300)	-	(135)	-
Bem Corretora de Seguros S.A.	-	-	-	61	(5)	-	-	-	140	-	-
Pessoas físicas											
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.790)
Total	1.683	13.922	23	61	(12.233)	1.910	182.080	(6.300)	140	(135)	(6.790)

Consolidado

	Ativos e Passivos				Resultado					
	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Comissões e serviços a receber	Outras contas a receber (pagar)	Receitas/Despesas Financeiras	Receitas de prestação de serviços	Prejuízo com indeniz. Contratuais	Despesa com aluguéis	Benefícios de curto prazo	
2024										
Pessoas jurídicas										
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1.504	9.770	371	(13.674)	1.855	172.239	(5.003)	(137)	-	
Fundação Banrisul de Seguridade Social	-	-	-	-	-	37	-	-	-	
Pessoas físicas										
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.409)
Total	1.504	9.770	371	(13.674)	1.855	172.276	(5.003)	(137)	(7.409)	
2023										
Pessoas jurídicas										
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1.768	14.305	23	(12.228)	1.976	182.080	(6.300)	(135)	-	
Pessoas físicas										
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.828)
Total	1.768	14.305	23	(12.228)	1.976	182.080	(6.300)	(135)	(6.828)	



15.2 Provisão para indenizações contratuais

O contrato particular de Prestação de Serviços de Correspondente - Master firmado com o Banrisul, prevê a responsabilidade da Companhia indenizar o Banco pelo não recebimento de operações de crédito, originadas com base em documentação falsificada e/ou que apresentem irregularidades na averbação dos contratos. A provisão constituída para este fim, em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 13.663 (R\$ 12.217 em 31 de dezembro de 2023).

Provisão para indenizações contratuais	Saldo no início do exercício	(+ Adições / Reversões	(-) Pagamentos	Saldo no final do exercício
Ano 2024	12.217	6.715	(5.269)	13.663
Ano 2023	12.793	6.322	(6.898)	12.217

15.3 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, em Assembleia Geral, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores conforme determina o Estatuto Social da Companhia. Em 2024 e 2023, foram pagos os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Membros da Administração – remuneração	5.960	5.472	5.992	5.504
Conselho Fiscal - remuneração	261	254	261	254
Contribuição Previdenciária	1.149	1.064	1.156	1.070
Total	7.370	6.790	7.409	6.828

16 Instrumentos financeiros

16.1 Risco de crédito

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas era:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.960	2.551	2.139	2.698
Aplicações financeiras	35.488	46.513	36.857	47.663
Valores a receber de correspondentes (Nota Explicativa nº 6 a)	32.206	26.101	32.206	26.101
Contas a receber	15	5	68	21
Total	69.669	75.170	71.270	76.483



Os riscos de crédito são gerenciados pela Administração, estando a avaliação destes riscos sujeita a procedimentos, controles e políticas estabelecidos pela Companhia em relação a esses riscos. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2024 uma provisão estimada para perda de crédito esperadas no montante de R\$ 31.262 (R\$ 25.179 em 31 de dezembro de 2023), referente aos valores a receber de correspondentes.

16.2 Risco de liquidez

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Controladora

2024	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual (*)	12 meses	entre 12 e 24 meses	entre 24 e 36 meses	acima de 36 meses
Passivos financeiros não derivativos						
Obrigações com fornecedores	2.771	2.771	2.771	-	-	-
Provisão para indenizações contratuais	13.663	13.663	13.663	-	-	-
Passivo de arrendamento curto e longo prazo	2.052	2.216	1.289	799	90	38
Total	18.486	18.650	17.723	799	90	38

Consolidado

2024	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual (*)	12 meses	entre 12 e 24 meses	entre 24 e 36 meses	acima de 36 meses
Passivos financeiros não derivativos						
Obrigações com fornecedores	2.774	2.774	2.774	-	-	-
Provisão para indenizações contratuais	13.663	13.663	13.663	-	-	-
Passivo de arrendamento curto e longo prazo	2.052	2.216	1.289	799	90	38
Total	18.489	18.653	17.726	799	90	38

(*)Total dos fluxos de caixa futuros considerando os juros futuros, quando aplicável.

Para mitigar os riscos de liquidez, a Companhia possui política de gerenciamento de caixa mínimo e espera, na estimativa de 12 (doze) meses, que tenha recursos suficientes para fazer as liquidações dos passivos financeiros.

16.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Ao final do período do relatório, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros como reportado à Companhia era:



Ativos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.960	2.551	2.139	2.698
Aplicações financeiras	<u>35.488</u>	<u>46.513</u>	<u>36.857</u>	<u>47.663</u>
Total de ativos financeiros	<u>37.448</u>	<u>49.064</u>	<u>38.996</u>	<u>50.361</u>

16.4 Análise de sensibilidade dos instrumentos de taxa variável

Uma alteração de 25 pontos base na taxa de juros CDI, na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o lucro do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes:

	Lucro do exercício		Patrimônio líquido	
	25 pb aumento	25 pb diminuição	25 pb aumento	25 pb diminuição
Aplicações financeiras	1.003	(1.003)	1.003	(1.003)
Resultado líquido	<u>1.003</u>	<u>(1.003)</u>	<u>1.003</u>	<u>(1.003)</u>

Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é considerado equivalente ao valor contábil.

17 Gerenciamento de Riscos Operacionais

Com o suporte de consultoria externa especializada, a Companhia revisa periodicamente o mapeamento dos riscos operacionais atribuídos aos seus principais processos. Neste mapeamento, são identificados pontos de controle já existentes e outros pontos de controle a serem implementados, que colaboram com a mitigação dos riscos relacionados a cada processo. Para acompanhar a implementação e a manutenção destes pontos de controle, a Companhia estruturou uma área de controles internos e um comitê de *compliance* que se reúne periodicamente, reportando os resultados deste trabalho à Diretoria e ao Conselho Fiscal.



Conselho de Administração

ARTUR JOSÉ DE LEMOS JÚNIOR
Presidente

CLAUDIO MATONE
RICARDO RUSSOWSKY
DANIEL MATONE
PRICILLA MARIA SANTANA
Conselheiros

Diretoria

CLÁUDIO MATONE
Diretor Presidente

BRUNO FRONZA
Diretor Administrativo e Financeiro

RICARDO PADOIN NENÊ
Diretor de Tecnologia

Contador

RONALDO MACIEL DE ÁVILA JUNIOR
CRC/RS 074.550/O-2



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. (“Bem Promotora”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Bem Promotora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, que descreve as características, volumes e condições em que as operações foram firmadas entre a Bem Promotora e suas partes relacionadas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Bem Promotora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Bem Promotora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Bem Promotora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Bem Promotora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Bem Promotora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Bem Promotora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS



Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4